

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.828.951 - MS (2019/0222747-0)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
RECORRENTE : FUNDAÇÃO DE CULTURA DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADOR : CARLOS FARIA DE MIRANDA E OUTRO(S) - MS003305
RECORRIDO : ELZA SALLES FERNANDES SILVA TORRES
ADVOGADOS : NILTON SILVA TORRES - MS004282
LETICIA DO NASCIMENTO MARTINS - MS017609
ANA FLÁVIA ANDRADE TORRES E OUTRO(S) - MS021929

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. CONTRATO ADMINISTRATIVO. JUROS DE MORA. DÍVIDA LÍQUIDA E COM PRAZO CERTO. MORA EX RE. TERMO INICIAL. DATA DO VENCIMENTO DE CADA PRESTAÇÃO. INTELIGÊNCIA DOS ART. 397 DO CC/2002. PRECEDENTES. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, “a” e “c”, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TJ/MS, assim ementado (fl. 469):

E M E N T A – APELAÇÃO CÍVEL EM AÇÃO DE COBRANÇA – PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO – CREDORA DA AÇÃO – JUROS APLICÁVEIS AO MONTANTE A SER RESSARCIDO CONTADOS A PARTIR DA CITAÇÃO – SENTENÇA MANTIDA - APELAÇÃO IMPROVIDA - O termo inicial dos juros moratórios é a data da citação, pela presunção de que o Estado foi constituído em mora nessa data, conforme art. 240 do CPC e 405 do CC.

- Apelação Improvida.

Embargos de declaração acolhidos, assim ementado (fl. 497):

E M E N T A- EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AÇÃO DE INDENIZAÇÃO - ERRO MATERIAL NAS RAZÕES DO JULGAMENTO - EMBARGOS CONHECIDOS E ACOLHIDOS.

-São cabíveis os embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para esclarecer obscuridade ou eliminar contradição, suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento, ou corrigir erro material.

- Embargos declaratórios providos.

A recorrente alega violação dos artigos 397, 398, 408 e 409 do CC/2002 e dissídio jurisprudencial, sob o seguinte argumento: "o cerne da questão é a constituição em mora do devedor a partir do inadimplemento de obrigação líquida, certa e exigível, na data convencionada em instrumento de convênio, aplicando-se os juros de mora com termo inicial no descumprimento de obrigação" (fl. 510).

Com contrarrazões.

Juízo positivo de admissibilidade às fls. 533-536.

É o relatório. Passo a decidir.

Superior Tribunal de Justiça

Com efeito, no tocante ao termo inicial dos encargos moratórios, esta Corte possui entendimento firmado no sentido de que, sendo líquida a obrigação, os juros de mora incidem *ex re*, a partir do vencimento da obrigação, nos exatos termos do art. 397, *caput*, do CC/02.

Confirmam-se:

ADMINISTRATIVO. CONTRATO ADMINISTRATIVO. JUROS DE MORA. ILÍCITO CONTRATUAL. TERMO A QUO.

1. Trata-se de embargos de divergência contra acórdão da Primeira Turma que, ao apreciar a alegada violação ao art. 406 do Código Civil, firmou posicionamento no sentido de que, "por se tratar de responsabilidade contratual, os juros moratórios incidem a partir da citação e são regidos pelo Código Civil vigente à época dos fatos que ensejaram a reparação civil". Diversamente, a Segunda Turma desta Corte posicionou-se pela incidência dos juros de mora a partir do vencimento de cada uma das faturas não pagas. (REsp 437203 / SP, rel. Ministra Eliana Calmon, DJ 18/11/2002).

2. A controvérsia dos autos refere-se ao termo a quo da incidência de juros moratórios sobre valores decorrentes de descumprimento de obrigações de contrato de empreitada para execução de obras e serviços, no qual há cláusula dispondo sobre a periodicidade mensal de pagamentos a partir do trigésimo dia subsequente ao término da medição.

3. In casu, a partir da aprovação das medições pela contratante, seguida da emissão das faturas com prazo de vencimento ajustado no contrato celebrado entre as partes, resulta incontroverso o inadimplemento do devedor em sua obrigação de saldar aquela dívida líquida, certa e exigível. A partir desse ilícito contratual, restou configurada a mora, ilação esta que se extrai do art. 960, primeira parte, do Código Civil/1916, atual art. 397 do Código Civil/2002.

4. Os juros de mora correm a partir do primeiro dia seguinte ao vencimento (trigésimo dia subsequente ao término da mediação), porque é despicienda a interpelação judicial, uma vez que há termo para o adimplemento contratual. No caso, o devedor fica automaticamente constituído em mora desde o vencimento da obrigação inadimplida - o termo interpela pelo homem, *dies interpelat pro homine*.

5. Embargos de divergência providos. (EREsp 964.685/SP, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Primeira Seção, julgado em 28/10/2009, DJe 6/11/2009.)

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. REGISTRO DE PREÇOS. CONTRATO ADMINISTRATIVO. TERMO INICIAL DE INCIDÊNCIA DE JUROS MORATÓRIOS DECORRE DA LIQUIDEZ DA OBRIGAÇÃO.

I - Na origem, trata-se de ação em que se discute contrato administrativo decorrente de processo licitatório de registro de preços. Na sentença, julgou-se procedente o pedido para o fim de determinar o reajuste dos preços. No Tribunal a quo, a sentença foi mantida. Nesta Corte, deu-se provimento ao recurso especial para o fim de determinar a incidência dos juros moratórios a partir da citação judicial.

II - A Corte Especial deste Tribunal já se manifestou no sentido de que o

Superior Tribunal de Justiça

juízo de admissibilidade do especial pode ser realizado de forma implícita, sem necessidade de exposição de motivos. Assim, o exame de mérito recursal já traduz o entendimento de que foram atendidos os requisitos extrínsecos e intrínsecos de sua admissibilidade, inexistindo necessidade de pronunciamento explícito pelo julgador a esse respeito. (EResp n. 1.119.820/PI, Relator Ministro Mauro Campbell Marques, Corte Especial, DJe 19/12/2014). No mesmo sentido: AgRg no REsp n. 1.429.300/SC, relator Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 25/6/2015; AgRg no Ag n. 1.421.517/AL, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 3/4/2014).

III - Com relação à alegada violação dos arts. 397 e 405 do Código Civil, e do art. 240 do CPC/15, o acórdão objeto do recurso especial está em confronto com o entendimento firmado nesta Corte Superior, no sentido de que o termo inicial de incidência de juros moratórios decorre da liquidez da obrigação. Sendo líquida a obrigação, os juros de mora incidem a partir do vencimento da obrigação, nos exatos termos do art. 397, caput, do CC/02; se for ilíquida, o termo inicial será a data da citação judicial, consoante o teor do art. 397, parágrafo único, do CC/02 c/c o art. 219, caput, do CPC. Nesse sentido: AgInt no REsp n. 1.319.460/RS, Relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, Julgamento em 5/10/2017, DJe 20/10/2017; REsp n. 1.178.903 / DF, Relator Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, Julgamento em 20/4/2010, DJe 3/5/2010.

IV - Correta, portanto, a decisão recorrida que deu provimento ao recurso especial.

V - Agravo interno improvido (AgInt no REsp 1.776.787/SP, Rel. Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe 15/4/2019.)

PROCESSUAL CIVIL. JUROS DE MORA. CONTRATO. TERMO INICIAL. INADIMPLEMENTO. PRECEDENTES. SÚMULA 83/STJ. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA. FIXAÇÃO PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

1. Cuida-se, na origem, de Embargos à Execução propostos pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (SEBRAE), contra GV2 Produções S/A, sustentando, em síntese, a inadequação da via eleita, ausência de juntada do título original, falta de prova de liquidez e certeza, e excesso de execução.

2. O Juiz de 1º Grau julgou parcialmente procedente o pedido.

3. O Tribunal a quo deu parcial provimento às Apelações, e assim consignou na sua decisão: "Ademais, tratando-se de obrigações líquidas cujos vencimentos deveriam ocorrer mensalmente, o inadimplemento configura-se ao final dos 15 (quinze) dias após a apresentação da nota fiscal ou fatura comprobatória dos serviços prestados ao SEBRAE, conforme disposto pela Cláusula Décima Terceira do contrato firmado (fl. 89): (...) Destarte, o termo inicial para a contagem do encargo moratório corresponderá ao momento do inadimplemento nos termos do art. 397 do Código Civil (At. 397. O inadimplemento da obrigação, positiva e líquida, no seu termo, constitui de

pleno direito em mora o devedor), não havendo que se falar no termo inicial da contagem dos juros moratórios a partir da citação. Nesse sentido, é a assentada jurisprudência desta Eg. Corte de Justiça: (...) Dito isso, tenho que, reconhecido o excesso de execução em sede dos embargos, os honorários advocatícios devem ser calculados com base na diferença entre o valor executado e aquele efetivamente apurado." (fls. 593-602, grifo acrescentado).

4. Quanto ao termo inicial para a incidência dos juros de mora, como bem destacado pelo Parquet federal no seu parecer, a "jurisprudência dessa Corte Superior consolidou-se no sentido de que "nos contratos administrativos, os juros de mora são contados a partir do 1º dia do inadimplemento, por se tratar de obrigações líquidas, certas e exigíveis, consoante as disposições do art. 960, primeira parte, do Código Civil de 1916, atual art. 397 do Código Civil de 2002" (STJ, REsp 1.466.703/SC, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe de 20/02/2015) (grifo acrescentado).

5. Dessume-se que o acórdão recorrido está em sintonia com o atual entendimento do STJ, razão pela qual não merece prosperar a irresignação. Incide, in casu, o princípio estabelecido na Súmula 83/STJ. Nesse sentido: REsp 1.466.703/SC, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe de 20/2/2015, AgRg no REsp 1.409.068/SC, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 13/6/2016, EREsp 964.685/SP, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Primeira Seção, DJe 6/11/2009, e AgRg no REsp 1.553.565/DF, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 5/2/2016.

[...]

10. Recurso Especial não conhecido (REsp 1661604/DF, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 11/10/2017.)

ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL EM FACE DE ESTADO DA FEDERAÇÃO (MS). DUPLICATAS. CONTRATO DE AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE SISTEMA DE CONTROLE DE PESAGEM DE FRIGORÍFICOS. OBRIGAÇÃO POSITIVA E LÍQUIDA. JUROS DE MORA. ART. 219 DO CPC. FLUÊNCIA A PARTIR DO DESCUMPRIMENTO DE CADA PRESTAÇÃO. PRECEDENTES. HIGIDEZ DAS DUPLICATAS. REGULARIDADE AFERIDA POR PROVA PERICIAL. REEXAME PROBATÓRIO. PRETENSÃO INCONCILIÁVEL COM A VIA ESPECIAL. INCIDÊNCIA DO VERBETE SUMULAR 7/STJ. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ALEGAÇÃO DE EXORBITÂNCIA DO VALOR ARBITRADO. NÃO OCORRÊNCIA. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Nas obrigações positivas e líquidas, com termo certo de vencimento, os juros de mora terão incidência a partir do descumprimento de cada prestação. Precedentes STJ.

[...]

4. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 3.033/MS, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, julgado em 5/12/2013, DJe 18/12/2013.)

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, dou provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de outubro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator

